

Raça e política: o Brasil visto pela *The Crisis* durante o Estado Novo (1937-1945)

LINDERCY FRANCISCO TOMÉ DE SOUZA LINS*

Este artigo, fruto das primeiras reflexões do projeto de doutoramento em História, cujo objetivo é compreender a visão da imprensa estadunidense, particularmente as revistas *Time*, *The New Yorker*, *Bilboard*, *The Crisis*, *Life*, *The Rotarian*, dentre outras, sobre o Brasil durante o Estado Novo. As revistas escolhidas propiciam um espaço privilegiado de investigação, visto que elas detiveram públicos específicos e leituras de mundo distintas, desde publicações engajadas nos direitos civis como as noticiosas, destinadas ao grande público urbano.

No caso específico deste texto, objetiva-se analisar como a NAACP - (National Association for the Advancement of Colored People) Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor – por meio de sua publicação, a Revista *The Crisis*, noticia e analisa o Brasil, em tempos de política de boa vizinhança, estabelecida entre Brasil e Estados Unidos, nos momentos iniciais do Estado Novo, onde residia a dúvida sobre a posição brasileira à política do nazi-fascismo.

O período escolhido fundamenta-se nos desdobramentos do engajamento norte-americano na obtenção de apoio político da América Latina, sobretudo durante a Segunda Guerra, chamado de política da boa vizinhança. Questiona-se, até que ponto a política da boa vizinhança e o discurso varguista de democracia e modernidade influenciaram a visão das publicações estadunidenses sobre o Brasil, mesmo sob os esforços de difusão favorável dos EUA no Brasil e vice-e-versa, encabeçados por Nelson Rockefeller, por meio do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA), em 1940. (TOTA, 2000: 49-51)

O estudo da imprensa, seja como fonte e/ou objeto de pesquisa, vem se destacando nos últimos anos, no afã de descortinar realidades diversas, é sempre um desafio trabalhar com jornais e revistas, principalmente de estrangeiros, tentar entender até que ponto o discurso da moderna democracia do Estado Novo conseguia respaldo na imprensa internacional? O que despertava interesse dos jornalistas e articulistas sobre o Brasil? Em que medida a política da Boa Vizinhança surtiu efeito sobre a opinião dos veículos de imprensa escrita? São objetivos da pesquisa. Evidentemente, analisar apenas

* Departamento de História – UERN – Mossoró.

uma publicação, como foi intenção deste artigo, não responderá essas questões, fomentará a curiosidade pela investigação histórica.

Jornais e Revistas – diferentes veículos para públicos distintos

O historiador que se envereda pelo campo da imprensa deve discernir os objetos estudados a fim de não utilizar uma mesma metodologia de pesquisa para fontes diversas. Via de regra, tanto revistas quanto jornais são veículos da imprensa escrita, seguem linhas editoriais, tem sua redação hierarquizada, representando o topo da carreira, a figura do guardião da visão política do órgão de imprensa, o editor- chefe. O respaldo das matérias advém da socialização de opiniões do público leitor e dos colegas de profissão na recepção das mesmas (DARNTON, 2010: 78-96).

As diferenças entre jornais e revistas são diversas: a começar pelo público-alvo, em tempo que o jornal se dirige a heterogeneidade, ou seja, a um público vasto, na casa centenas de milhares de pessoas, segmentado apenas pelos cadernos veiculados nas edições semanais, sem, contudo, perder o espectro das grandes tiragens, ao contrário das revistas, cujo fator de vendas é a segmentação do público, em virtude de serem bastante diversificadas, mesmo as publicações noticiosas, detém público diferente do leitor de jornal diário.

Segundo Marília Scalzo,

Revista é também um encontro entre um editor e um leitor, um contato que se estabelece, um fio invisível que une um grupo de pessoas e, nesse sentido, ajuda a construir identidade, ou seja, cria identificações, dá sensação de pertencer a um determinado grupo. (SCALZO, 2006:12)

Difícilmente alguém coleciona jornais, sentença invertida no tocante às revistas, é *hobby* de muitas pessoas guardar e classificar revistas, levá-las no braço para que todos vejam, conforme demonstrou Scalzo, a revista cria afinidades entre seu público leitor. Outra diferença é no tratamento da notícia, jornais necessitam informar o maior número de reportagens, notas, artigos e notícias em geral num prazo relativamente curto. Já as revistas, por serem publicadas em intervalos de, pelo menos, uma semana, não necessitam atualizar as informações, mas analisá-las. Em suma, a notícia veiculada por uma revista é filtrada, articulada, opiniosa, assim como nos jornais, mas o tempo de tratamento da notícia se diferencia quando se trata desses dois segmentos de imprensa.

Esta é uma grande diferença ante aos jornais. Além do mais, tanto o jornal como a revista, segundo Sirinelli são “*antes de tudo lugar de fermentação intelectual e de*

relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade” (SIRINELLI, 1996:249), em outras palavras, são instrumentos de um grupo de indivíduos, portanto, é necessário conhecer o que há por trás de cada órgão da imprensa, além de:

“identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos pragmáticos que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores” (DE LUCA, 2006:140).

O leitor-consumidor da revista pretende ler a análise do acontecimento, histórias de vida, crônicas, saborear-se com ilustrações e fotografias de qualidade, ou seja, é uma leitura de entretenimento, menos politizada que a leitura dos jornais, exceto as revistas engajadas, em nosso caso, da *The Crisis*.

The Crisis e o Brasil

A Revista *The Crisis*, fundada pelo professor W.E.B Du Bois, ícone do pan-africanismo, foi uma de várias publicações de divulgação e produção de periódicos sobre os afro-americanos no século XX.

Na década de 1910, a recém-fundada NAACP - necessitava criar um espaço de produção e divulgação de suas ideias a fim de promover o negro norte-americano como cidadão nos EUA. A missão foi incumbida ao “estudioso, professor, historiador e porta-voz para o mundo “raças mais escuras.” (MOON, 1970: 321) William Edward Burghardt Du Bois, já com experiência na área, sendo fundador de 2 publicações anteriores – *Moon Illustrated Weekly*, um curta semanal publicado em Memphis, 1906, e *Horizon: Journal of Color*, publicado em Washington, DC, 1907-1910. (TEBBEL & ZUCKERMAN, 1991:136). Assim nascia *The Crisis: A Record of the Darker Races*, (“um registro das raças mais escuras.”) a mais longeva publicação dos e sobre os negros, ainda em publicação.

No principal editorial do primeiro número da revista, o Dr. Du Bois definiu a política e indicou as metas da revista. O texto do editorial que segue:

O objetivo desta publicação é estabelecer os factos e argumentos que mostram o perigo do preconceito racial, especialmente no que se manifesta hoje em relação às pessoas de cor. Ela leva o seu nome ao facto de que os editores acreditam que este é um momento crítico na história do progresso dos homens. Catolicidade e tolerância, razão e paciência podem hoje realizar o sonho do velho mundo da humanidade fraterna, enquanto que a intolerância e o preconceito, enfatizaram a forte consciência de raça podem

repetir a história terrível do contato das nações e dos grupos no passado. Nós nos esforçamos para uma visão maior e mais ampla de paz e boa vontadei. (MOON, 1970: 322)

W.E.B Du Bois exprime o pensamento da intelectualidade engajada nos direitos civis, *The Crisis* vinha na contramão da política anti-miscigenação estadunidense, objetivando lutar em duas frentes ao mesmo tempo, combater o preconceito, mormente às leis racistas que se espalhavam pelos estados nos EUA, como também promover o negro, por meio da educação, a um status de cidadão de primeira categoria.

A revista logo tornou-se grande sucesso, com tiragens de 20.000 a 50.000 exemplares na década de 1930 e 1940. A fórmula era simples: belas capas, retratando a beleza e a arte da população negra, artigos curtos, porém profundos, com temas que versavam a produção literária, política, modos de vida e história dos negros nos EUA e ao redor do planeta.

Du Bois, cuja alma condensara-se na revista, deixou sua direção em 1934 devido a um artigo polêmico que afirmara combater a segregação com segregação (“fighting segregation with segregation”), sendo substituído por Walter White na direção geral e Roy Wilkins na chefia de edição. Du Bois continuou sua luta, filiando-se ao Partido Comunista dos EUA, polemizando no seio do movimento negro, desiluiu-se com a América, mudando-se para Gana, onde morreu em 1963. (CRUNDEN, s/d: 230)

Em meio à luta cotidiana pelos direitos civis, mal-assegurados pelas emendas 13, 14 e 15 da Constituição, seriamente atacadas por decisões judiciais e por leis “não-escritas” (*unwritten laws*) racistas, mormente, no sul dos EUA (GOMES, 2001: 501), os intelectuais afro-americanos procuravam exemplos em outras realidades a fim de incentivar os embates contra ações racistas em solo estadunidense. *The Crisis* escolheu o Brasil como um exemplo de convivência harmônica de brancos e negros, despertando o interesse dos intelectuais ligados aos direitos civis de *The Crisis* para entender o Brasil, sua cultura e famosa “democracia racial”, tão pregada nos discursos das autoridades Estado-novistas.

Por isso, o Brasil foi retratado por diversas vezes ao longo da trajetória do periódico, de maneira positiva, mesmo antes das ações do OCIAA, durante a política de boa vizinhança, O responsável pela maioria das matérias acerca do Brasil foi James W. Ivy, segundo Zina Rodriguez:

Ivy foi um homem multi-línguas do mundo, muitos de seus editoriais tratavam do problema do negro no planeta, sobretudo em Cuba, Brasil e nas Índias Ocidentais, os horrores do colonialismo europeu e o movimento de independência da Indonésia. O perfil de ajuda ecumênica da NAACP, inspirou a criação de associações de direitos civis no Brasil e Japão (Revista The Crisis, julho/agosto de 2000. pag 72 -73)

Em janeiro de 1937, antes, portanto, do Estado Novo, *The Crisis* publica editorial mensal tecendo críticas ao provável preconceito propagado pela revista *Life* (um grande sucesso editorial dos EUA) sobre o Brasil. A referida revista tratou da suposta incurável preguiça (*incurably lazy*) dos *encantadores brasileiros* e esse fator, segundo “*Life*”, foi em virtude dos conquistadores portugueses não trazerem suas esposas, casando-se com índias, cujos descendentes juntaram-se com sangue dos escravos negros. A mistura não teria dado certo, por conta disso, o país estaria perdendo seus negócios de açúcar e borracha por pura preguiça ante as raças mais “enérgicas” ou “trabalhadoras”.

The Crisis contra-argumenta afirmando que se existe essa suposta incurável preguiça assemelhar-se-ia à dos brancos pobres e aristocratas dos Sul dos EUA, portanto, seria uma característica climática e não racial. Além do mais, *The Crisis* tece uma série de elogios à política racial brasileira, onde negros votam e detém direitos iguais em relação aos brancos. No fim do editorial fica clara a visão política da revista *The Crisis*:

É porque há igualdade social absoluta no Brasil que é, ao lado de Rússia, a maior democracia do planeta. Nossa grande república tem tido por muito tempo uma oportunidade de levar o mundo a este respeito, mas não teve a coragem, nem a visão para o fazer. Temos uma noção, também, que é menos condenável cultivar a preguiça do que tolerar linchamento (The Crisis, janeiro de 1937 p 19)ⁱⁱ

O editorial denuncia claramente a política racista empregada nos EUA (*one drop rule*) – uma gota de sangue não-branco contaminaria seu portador -, excluindo-o da raça branca (MAGNOLI, 2009:120), preceito esse utilizado em muitos estados dos EUA, com objetivo de proibir casamentos inter-raciais, o que resultou num aumento, ou reincidência, de todo modo, da política de perseguição e linchamentos praticados por organizações racistas conhecidas como a Klu Klux Klan, contra os afro-americanos.

O interesse pelo Brasil chega ao ponto da tentativa de incluir o sangue negro na família Bourbon, quando J.A Rogers escreve artigo intitulado “A supressão da História do Negro”, em maio de 1940, o autor comenta sobre uma pergunta pitoresca que fizera a um professor que estava a fazer uma leitura sobre o Brasil, Rogers indagou ao mestre

se D. João VI era negro, recebeu como resposta um sonoro: “impossível, ele não era negro. É um Bourbon!” Rogers insistira com o professor aludindo a uma citação da duquesa d’Abrantés, escritora, esposa do embaixador francês na corte joanina, que se referia a D. João com as seguintes características: “sua enorme cabeça com seu cabelo de negro, estava perfeitamente em harmonia com os lábios grossos, nariz africano e cor de sua pele”, além desse argumento antropológico da duquesa, Rogers sentenciou sobre a quantidade de negros em Portugal e que o retrato de D. João correspondia a descrição da duquesa, que conhecera os negros antes de chegar ao Brasil, posto que ela esteve no Haiti. Apesar da insistência, nada convencia ao professor que o repreendeu: “ Não, ele não era negro, ele tinha adenóides”, justificando o formato das narinas reais.

Em fevereiro de 1944, James Ivy publica em *The Crisis* reportagem ilustrada com 6 páginas sobre o Brasil, sob o título, em letras garrafais: BRASIL: ONDE OS NEGROS SÃO INTEGRADOS. Com um olhar estrangeiro acerca do tema, o Brasil é descrito minuciosamente, sentenciado como “muitos Brasis”, trazendo um panorama geográfico-econômico das regiões brasileiras, comparando São Paulo com qualquer cidade norte-americana, objetivando fomentar a curiosidade do leitor norte-americano, descrevendo a economia cafeeira e açucareira como sustentáculos da nação. É elogiada a mistura das raças provenientes do contato entre indígenas, portugueses e diversas nações africanas por essas terras, formando um mosaico de caboclos, caborés e mulatos nesse universo mestiço. Quantos negros existem no Brasil? Perguntou o articulista - não há como separar brancos de não-brancos no Brasil, um mulato claro pode ser considerado branco no Brasil, mas seria um negro nos EUA. Estima-se em 40% o número de negros no Brasil. O autor conclui com citação de Gilberto Freyre: “cada branco, mesmo os louros, tem a alma, senão no próprio corpo a marca dos negros”. (*The Crisis*, fev de 1944. p 41).

A integração é ilustrada em diversas fotografias, todas cedidas pela Agência Three Lions, infelizmente, não foi possível, até o momento, identificar com precisão a fornecedora de fotos, porém, vale destacar que todas as fotografias se assemelham ao estilo documentarista de Genevieve Naylor, fotógrafa estadunidense com ampla produção no Brasil durante a década de 1940 (MAUAD & PIMENTEL, 2009: 498-502).

Dentre as fotografias, uma delas mostra um sargento negro comandando uma pequena tropa, com a seguinte legenda: *“diferente dos EUA, O Brasil não separa brancos e negros das tropas. Há um sargento negro liderando vários recrutas brancos na noite”*. Em outras, crianças de diversos tons de pele unidas na hora do recreio escolar, James Ivy não deixou de retratar várias formas de trabalho e diversão dos negros no Brasil, como o carnaval, *“já muito conhecido nos EUA”* e atividades econômicas, desde agricultores, preparando a terra para as “queimadas”, passando por salineiros em Fortaleza a guardas de trânsito, com legendas comparativas da vida no Brasil e nos EUA. Talvez o articulista quisesse responder ao artigo de *Life*, escrito anos antes, onde era lamentada a miscigenação brasileira.

As fotos e o texto evidenciam para o historiador o tipo de integração que ocorrera no Brasil, ao analisar as fotos, vê-se os negros em profissões de baixa remuneração, mascara-se também o discurso Varguista sobre o negro, conforme interessante análise de Jerry Dávila, onde a ideologia do branqueamento esteve presente no Brasil, as vezes de maneira exarcebada no discurso de autoridades e intelectuais arianistas ou sorrateira, seguindo um padrão científico, trazido dos Estados Unidos por autoridades, a exemplo do educador Anísio Teixeira, como foi o caso do gradativo “branqueamento” das professoras formadas pelo Instituto de Educação do Rio de Janeiro, na década de 1940. (DÁVILA, 2006: 192-196)

A obra “Casa Grande e Senzala” também foi comentada pelo próprio James Ivy, em edição de maio de 1941, matéria extensa, o autor analisa e compara a influência do negro no Brasil com o Sul dos EUA. No texto, história, cultura e política do Brasil foram debatidas. Acerca da miscigenação, Ivy faz a comparação: *“nos EUA, um branco com ancestral negro é considerado negro, já no Brasil, um negro com ascenstralidade branca, é considerado branco. São definições idiotas, mas a prática brasileira, é certamente, mais humana”*. A conclusão de Ivy, por uma lado, revela uma faceta racista brasileira, por outro, reforça o fascínio deste intelectual pelo Brasil:

É claro que é impossível em uma resenha propiciar ao leitor uma idéia adequada da imensa amplitude e interpretação inteligente de documentos que é a Casa-Grande. Tudo o que um crítico pode fazer é a alusão à natureza germinal do livro, seu humor, seu liberalismo, livre de preconceitos, e imensa gratidão ao negro pelo que ele fez pela cultura brasileira. (The Crisis, maio de 1941. p 174)iii

Inegável a influência dos estudos de Gilberto Freyre no círculo da intelectualidade estadunidense, não apenas Freyre, mas toda a política do Estado Novo em propagandar a integração da raça, tenha surtido efeito perante aos engajados nos direitos civis dos negros nos EUA, conforme a escrita de James Ivy expressou. De fato, “Casa Grande & Senzala” revolucionou a historiografia da época ao retratar o negro como componente fundamental no processo formativo da identidade nacional.

O artigo mais interessante trata da análise do livro “ O Estado Nacional” de Francisco Campos, escrita por James W. Ivy em julho de 1941. A primeira questão tratava-se na caracterização do regime político brasileiro, James Ivy argumentava:

Quando eu ouvi pela primeira vez que o Brasil tinha sido totalitário, eu naturalmente perguntei se foi adotada a ideologia nazista “tal e qual” . Eu também perguntei se, já que o [país] provavelmente tem a mistura étnica mais *heterogênea* de uma nação moderna, também tinha aderido completamente ao absurdo racial nazista do arianismo (The Crisis, julho de 1941. p 235)iv

O autor questiona como um país seria totalitário com a problemática da raça? Ou seja, como os ideólogos do regime resolveriam a questão do negro? Apesar das propagandas girarem no sentido de afirmar que o Brasil era aliado do nazi-fascismo, referendadas pelas posturas ambíguas dos discursos de Vargas sobre o papel do Brasil na Segunda Guerra Mundial (BANDEIRA, 2007:377), bem como da repercussão negativa do golpe de 1937 na imprensa estadunidensev. James Ivy ainda insistia em compreender qual era a natureza do Estado Novo.

Este argumenta que o Brasil, assim como as nações da América Latina, não teriam sido democracias modernas, sendo portanto, improvável remover o “feudalismo” dos séculos XV e XVI da noite para o dia. O modo de vida estabelecido pelos portugueses ainda persistira, os fazendeiros controlavam a política e a economia nacional. Sobre a política da época, o autor elogia Vargas: “*Getúlio Vargas é talvez um pouco mais ousado, ou devo dizer um pouco mais honesto? Do que seus colegas caudilhos em reconhecer publicamente e quase-legalidade da natureza do direito. Vargas, naturalmente, não é o ideólogo do seu regime*”.vi

O ideólogo, na opinião do articulista era do Ministro da Justiça Francisco Campos, autor da Constituição de 1937, cujos discursos, entre 1935 e 1939, foram compilados no

livro “O Estado Nacional: sua estrutura e conteúdo ideológico”, objeto de análise do autor, tendo seu primeiro capítulo, uma palestra proferida na Escola de Belas Artes, 28 de setembro de 1935, intitulada "política e nosso tempo", texto de maior das reflexões de James Ivy.

Este primeiro capítulo aponta para o fato óbvio que a "democracia liberal" contemporânea está em bancarrota. Como o autor ironicamente observada: "O princípio da liberdade individual, fez o forte, mais forte e os fracos, mais fracos. No entanto, o princípio da liberdade individual não garante a ninguém o direito ao trabalho, à segurança ou educação ". Ele também acrescenta: "as formas da vida política parlamentar são destituídos hoje, de todo o conteúdo e significado espiritual". (The Crisis, julho de 1941. p 235)vii

Interessante observar que o pensamento de Campos, ora aceito por Ivy, foi também bastante difundido nos EUA, a descrença do sistema político, sobretudo, após a crise de 1929, e uma certa simpatia de setores intelectuais pela forma autoritária de governar, durante boa parte da década de 1930, conforme atesta Michael Schudson, citando o Presidente dos EUA Nicholas Murray Butler, quando este afirmara numa palestra aos calouros da Universidade de Columbia, que haveriam dois métodos de governar no século XX: democracia e ditadura, sendo o segundo melhor pois concederia autoridade e poder a homens muito mais inteligentes, de caráter muito mais forte e muito corajosos, ante os eleitos. (SCHUNDSOON, 2010: 145). Félix Frankfurter escrevia que: “*epitáfios para a democracia são a moda do dia*” (SCHUNDSOON, 2010: 147). São apenas exemplos de vários homens públicos e formadores de opinião expressando o pessimismo do regime democrático. O interessante é que a opinião de James Ivy é datada da década de 1940, num momento distinto dos autores anteriores, em que era flagrante a pressão e o engajamento político contra os regimes fascistas, em pleno calor da Guerra Mundial.

Outro argumento de Campos sobre o qual “O Estado e a sociedade modernas são muito complexas para serem geridos por uma sociedade de debates, as massas são incompetentes para decidir sobre as questões técnicas de governo e da economia”, case-se com o pensamento do articulista Water Lippmann, na obra “o público fantasma” de 1925: “*questões públicas não são questões do cidadão privado*” e “*não há sabedoria especial na vontade da maioria. Ao contrário, é mais provável encontrar sabedoria entre os iniciados, especialistas na prática de governar*”. (SCHUNDSOON, 2010: 147)

Apesar da crítica ao desfecho da democracia brasileira, a questão racial amacia o discurso de James Ivy, como se a integração racial bastasse por si mesma para a promoção da democracia política:

Os velhos poderes e deveres do parlamento, sob a nova Constituição brasileira, foram seriamente ameaçadas. Ao contrário da Alemanha nazista, os brasileiros de ambos os sexos ainda mantêm o direito de sufrágio, a liberdade de expressão, reunião e imprensa, mas com certas limitações. (The Crisis, julho de 1941. p 235)viii

O articulista, ironicamente, observa os dispositivos elaborados pela Constituição de Francisco Campos, no qual cria mecanismos pseudo-democráticos para disfarçar a ditadura que se seguia:

É interessante notar que a Constituição (artigo 80) diz que "O mandato presidencial é de seis anos." Que uma das prerrogativas do Presidente (art. 75a) é " nomear um dos candidatos à Presidência da República ". Que o Presidente "da República, atualmente em exercício [Vargas], tem esse prazo prorrogado até o plebiscito, previsto no artigo 187, tem lugar, mas esse plebiscito pode ser chamado apenas pelo Presidente (art. 187) muito inteligente, não é? (The Crisis, julho de 1941. p 235)ix

A leitura é óbvia: Vargas mantém o poder sob seu controle, pois todas as ações práticas para a elaboração de eleições, dependia, necessariamente, pelo detentor do cargo presidencial, o próprio Getúlio, o menos interessado em qualquer mudança política. James Ivy definiu com clareza o sistema político-econômico brasileiro, ao compará-lo com outras nações que adotavam políticas anti-liberais semelhantes:

Não é necessário insistir que o Estado brasileiro, é democrático, e ao mesmo tempo, autoritário e totalitário, a autoridade suprema foi investida ao Presidente da República, que a exerce em nome do povo e no interesse de seu bem-estar ". (...) Uma coisa é certa, o regime de Getúlio Vargas certamente não é um regime fascista no sentido europeu. Parece uma concepção e aplicação brasileira. (...) Nem a Constituição Brasileira nem o Estado Nacional mencionam o absurdo racial dos nazistas. Há referências a "raça brasileira" [a Raça Brasileira, escrito em português], mas a raça é usada no sentido de nacionalidade. Muitas das sugestões e esquemas de Campos já são aceitos como parte de nosso próprio New Deal, embora sob escrita estrita, tais argumentos são convincentemente avançados. Quer você concorde com o autor ou não, suas opiniões e idéias são pensamentos sérios e valem a pena. (The Crisis, julho de 1941. p 235)x

Parafraseado o James Ivy: quer você concorde ou não com a visão positiva de *The Crisis* sobre a política racial brasileira, certamente, esse ponto de vista foi lido e reinterpretado pelo público leitor da revista, trazendo, de todo modo, um panorama positivo sobre a brasilidade e sua política, contribuindo para alimentar as relações

Brasil-Estados Unidos. Para *The Crisis*, a discussão racial não se desvincula da natureza política da sociedade, sob ótica dos intelectuais engajados, o Brasil tornara-se um *falso fausto*, apropriando-se da expressão de Laura de Mello e Souza, na obra “os desclassificados do ouro”, para a concretização da tão sonhada cidadania dos negros americanos.

REFERÊNCIAS

Revista **The Crisis**. Edições de 1937 -1945, 1960, 1970 e 2000. disponíveis on-line em Google Books.

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2007.

Contexto,2009.

CRUNDEN. Robert. Uma breve história da cultura americana. Rio de Janeiro: Nordica, S/d.

DARNTON, Robert. O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

DÁVILA, Jerry. Diploma de brancura – política social e racial no Brasil – 1917-1945. tad. Cláudia Sant’Ana Martins. São Paulo: UNESP, 2005.

GOMES, Heloisa Toller. Vozes em harmonia e conflito na construção da cidadania afro-americana. In: TORRES, Sonia (org.) Raízes e rumos: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos. Rio de Janeiro: 7 letras, 2001.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006

MAGNOLI, Demétrio. Uma gota de sangue – história do preconceito racial. São Paulo: Contexto, 2009.

MAUAD, Ana Maria & PIMENTEL, Tarsila. A fotógrafa, a cantora e as imagens da boa vizinhança. In: Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MOON, Henry Lee. *History of The Crisis*. *The Crisis*, Novembro, 1970

SCALZO, Marília. Jornalismo de Revista. São Paulo: Contexto, 2006.

SCHUDSON, Michael. Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Trad. Denise Jardim Duarte. Petrópolis: Vozes, 2010

SIRINELLI. Os intelectuais e a política. In: Por uma *história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.

TEBBEL, John & ZUCKERMAN, Mary Ellen. *The Magazine in America (1741-1990)*. New York: Oxford Press, 1991.

TOTA, Antônio Pedro. O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

-
- i Tradução livre do inglês: The object of this publication is to set forth those facts and arguments which show the danger of race prejudice, particularly as manifested today toward colored people. It takes its name from the fact that the editors believe that this is a critical time in the history of the advancement of men. Catholicity and tolerance, reason and forbearance can today make the world-old dream of human brotherhood approach realization; while bigotry and prejudice, emphasized race consciousness and force can repeat the awful history of the contact of nations and groups in the past. We strive for this higher and broader vision of Peace and Good Will.
- ii Tradução livre do inglês: It is because there is absolute social equality in Brazil that it is, next to Russia, the greatest democracy on earth. Our vast republic has long had an opportunity to lead the world in this respect, but it has had neither the courage nor the vision to do só.
We have a notion, too, that it is less reprehensible to cultivate laziness than to tolerate lynching
- iii Tradução livre do inglês: it is of course impossible in a review to give the reader an adequate idea of the immense sweep and intelligent interpretation of materials which is the casa-grande. All that a reviewer can do is to hint at the germinal nature of the book, its humor, its liberalism, its freedom from prejudice, and its immense thanks to the negro for what he has done for Brazilian culture
- iv Tradução livre do inglês: When I first heard that Brazil had gone totalitarian, I naturally wondered if she had adopted the Nazi ideology hook-line-and-sinker. I also wondered if she, since she probably has the most heterogeneous ethnic mixture of any modern nation, had also gone in completely for the Nazi racial nonsense of Aryanism.
- v No trabalho de catalogação de fontes, encontrei diversas matérias em jornais dos EUA (New York Times, The Boston Globe, The Hartford Courant, The Atlanta Constitution, Washington Post, Los Angeles Times e Chicago Tribune) matérias alusivas ao golpe de 1937 como sendo, de um modo geral, estabelecimento de um regime fascista no Brasil.
- vi Tradução livre do inglês: Getulio Vargas is perhaps a little bolder, or, shall I say a little more honest? Than his fellow caudillos in acknowledging publicly and quasi-legally the nature of the rule. Vargas is, of course, not the ideologist of his regime
- vii Tradução livre do inglês: This first chapter points out the obvious fact that contemporary “liberal democracy” is bankrupt. As the author ironically observes: “The principle of the individual liberty made the strong, stronger; and the weak, weaker. Yet the principle of individual liberty guarantees no one the right to work, to security, or an education”. He also adds: “Parliamentary forms of political life are today destitute of all content and spiritual significance”.
- viii The old powers and duties, under the New Brazilian Constitution, of parliament have therefore been seriously curtailed. Unlike Nazi Germany Brazilians of both sexes still retain the right of suffrage, freedom of speech, assembly, and the press, but with certain limitations.
- ix Tradução livre do inglês: It is interesting to note that the Constitution (Art 80) says that “The presidential term of office is six years.” That one of the prerogatives of the President (art 75a) is “to nominate one of the candidates to the Presidency of the Republic”. That the “President of the Republic, actually in office [Vargas], has this term renewed until the plebiscite, referred to in Article 187, takes place; but then this plebiscite can be called only by the President (art 187) very clever, eh?
- x Tradução livre do inglês: “it is not necessary to insist that the Brazilian State, while democratic, is at the same time totalitarian and authoritarian, supreme authority being vested in the President of the Republic, who exercises it in the name of the people and in the interest of their welfare”. (...) One thing is sure, the present Vargas regime is certainly not a fascist regime in the European sense. It seems Brazilian in conception and application. (...) Neither the Brazilian Constitution nor The National State mentions the racial nonsense of the Nazis. There are references to “the Brazilian race” (a raça brasileira), but race is used in the sense of nationality. Many of Campos suggestions and schemes are already an accepted part of our own New Deal albeit under strictly written and its arguments cogently advanced. Whether you agree with the author or not, his views and ideas are worth serious thought.